

EDITORIAL

Por um movimento unificado em defesa das reivindicações dos estudantes, trabalhadores e docentes e contra a presença da PM na USP!

- ***Bolsas estudantis de pelo menos um salário mínimo a todos os estudantes que reivindicarem e sem fila de espera!***
- ***Devolução dos blocos K e L do CRUSP com controle estudantil sobre a moradia!***
- ***Fora PM da USP!***
- ***Reajuste salarial dos funcionários da USP acima da inflação!***
- ***Efetivação de todos os funcionários terceirizados e contratação de novos funcionários!***
- ***Nada de confiar no conselho universitário e nos instrumentos da burocracia universitária! Fim do reitorado! Por um Governo Tripartite!***
- ***Pela convocação de uma assembleia geral dos três setores para organizar um movimento unificado e independente em defesa das reivindicações de cada categoria!***

No dia 23 de março, ocorreu uma sessão do Conselho Universitário da USP, o principal órgão deliberativo da burocracia universitária, composto em grande maioria por docentes titulares e com uma ínfima participação de representantes dos funcionários e estudantes. A permanência estudantil foi um dos pontos debatidos, estando em pauta a implementação de um novo regimento para o CRUSP que impõe uma série de restrições à obtenção de novas vagas de moradia, que,

após o fechamento do bloco D, tiveram uma redução entre 10% e 15%. Quanto aos funcionários, substituiu-se a proposta de reajuste salarial dos funcionários - compatível com a inflação (sendo que, em relação a 2012, já resulta em uma perda acumulada de 26%, segundo o Sintusp) - por uma política de "gratificação" de acordo com o ano de ingresso e prêmios por "excelência" a funcionários e docentes de acordo com a produtividade.

A precarização das condições de trabalho e de permanência estudantil na USP é expressão dos interesses da reitoria e empresas particulares, que tem aberto condições para o avanço do privatismo sobre a universidade por meio da terceirização de serviços (segurança, zeladoria, restaurantes universitários etc.) e com o crescente estabelecimento de parcerias com empresas privadas especializadas em gerenciamento de moradias estudantis.

A imposição dessa política tem sido acompanhada pela presença intimidatória do aparato repressivo do estado dentro da universidade. À reforma de uma base permanente da PM próxima ao CRUSP, ainda durante a pandemia, seguiram as recorrentes incursões de policiais militares nos blocos de moradia estudantil para revistar e intimidar moradores, e culminou com a intervenção da PM no conflito estabelecido entre as duas forças políticas que disputam o aparato da Amorcrusp, no mês de dezembro. Na última semana de março, houve a presença de três policiais civis, um deles empunhando um fuzil, no CRUSP sob o pretexto de entregar uma intimação a uma moradora, bem como um exercício de "treinamento" realizado pela PM na Escola Politécnica. Esses episódios expressam o reforço do aparato repressivo do estado na cidade universitária. Sob a justificativa da "segurança" e do "cumprimento da lei", a PM acaba servindo de instrumento para reprimir qualquer resistên-

cia e luta de estudantes e trabalhadores em defesa de suas reivindicações, contra o avanço do privatismo e sucateamento da universidade.

Nesse quadro, a política que predomina dentre as direções sindicais e estudantis da USP é o corporativismo e subordinação aos organismos manejados pela burocracia universitária. Não por acaso, no mesmo dia em que se reuniu o Conselho Universitário, Sintusp e DCE (PCB/UP/PSOL) convocaram atos em horários separados (12 h e 14 h, respectivamente) e com pautas específicas de cada categoria, objetivando "pressionar" a burocracia universitária a mudar sua política. Nesse marco cabe ainda destacar a fala de um dos diretores do DCE, que enfatizou que a referida sessão indicou a possibilidade de abertura de "diálogo" entre todas as partes.

Não há como defender a moradia estudantil ou impor a retirada da PM da USP conciliando com a burocracia universitária interessada no privatismo e apoiada na PM para impor suas decisões e favorecer as empresas que lucram com o privatismo e a terceirização.

Assim, está colocada a necessidade de um movimento que rompa com a política corporativista e unifique estudantes, funcionários e docentes da USP em torno das reivindicações comuns e particulares a cada categoria. Esse movimento deve se dar nos marcos da independência de classe, não se subordinando às imposições do conselho universitário e rompendo com os governos burgueses. Um ponto de partida para isso é a convocação de uma assembleia geral dos três setores para organizar a luta conjunta contra o sucateamento e o privatismo, e pelo fim da presença da PM na universidade. É necessário projetar o movimento pelo caminho da luta e da deliberação e ação direta coletivas.

ELEIÇÕES DA AMORCRUSP

O ROTO FALANDO DO RASGADO

Nos dias 10 a 12 de abril acontecem eleições para a direção da Amorcrusp - Associação de Moradores do Crusp. Duas chapas concorrem: a de situação (Avante Crusp) e a de oposição (Fatal). As eleições acontecem após meses de conflitos em assembleias esvaziadas, com trocas de acusações e insultos. O Crusp está realmente precisando e uma nova direção na Associação. Nenhuma das duas chapas em disputa apresenta a possibilidade de termos uma direção de luta e mobilização independente da reitoria e

governos, condição essencial para alcançarmos nossas reivindicações mais sentidas e gerais.

A Avante Crusp segue orientação política de correntes do PT e se mostrou politicamente subordinada à reitoria e ao PRIP (Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da USP). A PRIP inclusive sequer é citada no programa da chapa. A atual direção não tomou nenhuma atitude que contrariasse o poder da burocracia universitária. Não respondeu ao processo de desocupação do

bloco D (iniciado sob a gestão anterior, da Tiê Sangue). Pretende apenas “fiscalizar” as obras, decididas e determinadas integralmente pela reitoria. Aceita a instalação de controle de entrada e saída dos blocos sob o controle da PRIP, o que vai desalojar os moradores “irregulares” (não aceitos pela PRIP). Como solução, propõe que sejam passados a regulares... pela própria PRIP que os excluiu!!!!

A chapa Fatal tem como integrantes e simpatizantes membros da UJC (PCB), apoiadores da gestão anterior (Tiê Sangue), coletivos autonomistas e independentes. Abre seu programa com a crítica à AvanteCrusp, de que ela pratica “alinhamento” com a reitoria. Ora, onde está seu posicionamento de real independência diante da reitoria e dos governos? Independência não existe da boca para fora, tem de se concretizar com uma prática que, no caso, é de combate às políticas da reitoria/PRIP, que são privatistas, precarizadoras do ensino público e da permanência estudantil, punitivistas, elitistas, etc. Não é isso, contudo, o que tem feito, sobretudo quando respondeu à ofensiva da PRIP sobre os moradores irregulares por meio de uma campanha de “acolhimento” orientada para auxiliá-los a encontrar moradia fora do CRUSP, facilitando a política de despejos. Falar “da boca pra fora” que não aceita repressão é fácil e acomoda-se ao controle burocrático da reitoria sobre a moradia. Queremos ver defender concretamente o “Fora a PM”, que serve à opressão de toda forma contra estudantes, funcionários, professores e populares que passam pela USP. Qualifica o processo da PRIP de “insuficiente”, quando este é

de fato excludente. Elenca melhorias necessárias ao Crusp mas não se refere ao MÉTODO para conquistá-las. O mais grave, ao não se referir à necessidade de lutar com os métodos da luta de classes para combater a PRIP/reitoria, cai no mesmo campo de “alinhamento” da Avante Crusp. A colaboração com a reitoria é melhor pela Fatal que pela Avante Crusp? Como?

A política de uma direção determina seus métodos de ação/inação. Uma direção combativa na Amorcrusp tem de resgatar a defesa política do CONTROLE ESTUDANTIL DA MORADIA, avesso à ingerência nefasta da reitoria. Tem de colocar a defesa da PERMANÊNCIA ESTUDANTIL como pauta do MOVIMENTO ESTUDANTIL da USP no seu conjunto, como parte da defesa do ENSINO PÚBLICO E GRATUITO. Tem de colocar a necessidade da UNIDADE NA LUTA entre estudantes, funcionários e professores (não comprometidos com a burocracia universitária autoritária). Tem de projetar sua mobilização como parte da LUTA GERAL DOS EXPLORADOS CONTRA OS EXPLORADORES, da maioria oprimida da população contra a burguesia e TODOS OS SEUS GOVERNOS. Assim, se avança na defesa da universidade com REAL AUTONOMIA E DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIAS, enquanto se dará um passo também no caminho à REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

É de uma direção classista, combativa e com real independência de classe que precisamos. As duas chapas que disputam agora o aparelho da Amorcrusp são o oposto disso. A tarefa de construir uma nova direção ainda está colocada.

Direção do CEFISMA convoca Assembleia... não para organizar a luta em defesa da permanência estudantil, mas para aprovar repasses para a Atlética

Em 28 de março ocorreu a primeira Assembleia Geral dos Estudantes do IFUSP. Em meio ao quadro de ataques à permanência estudantil e presença mais ostensiva da polícia na universidade, a pauta não esteve orientada para organizar a luta dos estudantes em defesa de suas reivindicações. Na verdade, assembleia esvaziada (com pouco mais de 20 estudantes, sendo a maioria de entidades interessadas nos repasses), tratou essencialmente dos recursos dos centros acadêmicos para para as entidades estudantis do IFUSP – sendo que apenas a Atlética receberá um montante mensal de R\$ 3.000,00, conforme deliberado – e para a manutenção do Edifício Amélia Império – o que deveria ser responsabilidade não do centro acadêmico, mas sim da diretoria do instituto.

Desde que assumiu a direção do CEFISMA, a Príncipia, boicotou mobilizações estudantis e se dedicou prioritariamente a campanhas de despolitização dos estudantes, convocando atividades festivas em meio a ofensiva da reitoria sobre os direitos à moradia e permanência estudantis que afetam muitos dos estudantes do IFUSP. Está colocada a necessidade de organizar um movimento pela constituição de uma direção revolucionária do CEFISMA, que coloque abaixo a política oportunista de aparelhamento dos recursos do CA em benefício de entidades e partidos e que esteja pautada no uso dos recursos do centro acadêmico para a organização e luta dos estudantes em defesa de suas reivindicações, contra os ataques da reitoria e governo do estado.

LETRAS / USP

PSTU se nega a convocar uma assembleia geral dos estudantes

A assembleia de estudantes do curso de Letras (USP), ocorrida em 21/03, contou com um número expressivo de estudantes do período noturno. Foi aprovado, por consenso, um conjunto de propostas feitas pela mesa, que incluía, dentre outros, adesão ao ato convocado pelo DCE que viria a ocorrer no dia 23/03, e uma moção exigindo que o atual presidente da república revogue a Reforma do Ensino Médio. Cabe destacar uma proposta, feita de manhã por um estudante, que exigiu que o DCE convocasse uma nova assembleia geral de estudantes, ampla e convocada com antecipação. Ao se apresentar a proposta, foi colocado em contexto o fato de que uma assembleia do DCE fora realizada na semana anterior, com tímida convocação e baixa adesão. O PSTU, que compõe a atual gestão do CA junto a independentes, contra a proposta do estudante, apresentou um “esclarecimento” para argumentar que uma plenária dos três setores já havia sido deliberada na última assembleia do DCE, e que um “acúmulo” de atividades políticas “sobrecarregaria” o movimento estudantil. Para constar na ata, inventou-se um novo conceito: “esclarecimento contra”. O PSTU demonstrou, assim, clara oposição à democracia direta e que os estudantes deliberem e decidam, coletivamente, o que só a assembleia garante, optando por uma plenária sem o mesmo caráter democrático e soberano. À noite, a proposta foi apresentada pela mesa sem a mesma contextualização, mas ainda com o informe daquele “esclarecimento”. Tratou-se, portanto, de uma manobra, mais precisamente de uma defesa tácita, colocada na forma de um esclarecimento, da posição da mesa contra a proposta de convocar ampla e massivamente uma assembleia geral dos estudantes, sem garantir igual e democraticamente a defesa a favor. Somados os votos do matutino e do noturno, a proposta foi rejeitada, havendo, contudo, ampla maioria de ausências, todas sem declaração, expressão clara do desnorteio dos estudantes que participaram da assembleia e não puderam conhecer a razão da proposta.